

Por que Sarney fica cinco anos

Paulo Kramer

Por que Sarney fica cinco anos? Porque o fisiologismo dos políticos e a incerteza dos militares sobre o que virá após a transição convergem poderosamente para este resultado.

Ontem oposição, hoje governo, o PMDB vai à forra do longo jejum e comemora com um festival de mordomias seu ingresso no estamento burocrático. As reportagens publicadas no caderno *B/Especial* do último domingo mostram que a "Nova" nada deve às repúblicas de sempre em matéria de empreguismo, de loteamento de cargos e favores, numa palavra, de gestão do dinheiro do contribuinte como patrimônio exclusivo de clãs familiares e partidários. Um labirinto de compromissos, tecido com centenas de milhares de empregos nos estratégicos segundo e terceiro escalões, é o sustentáculo do governo que sucedeu ao ciclo militar. Isso se reflete num grau inédito de heterogeneidade política e ideológica dentro da burocracia, a ponto de suscitar entre os empresários desesperadas acusações de paralisia e incoerência no processo decisório do governo.

Quem faturou a popularidade do presidente nos bons tempos do Cruzado I agora o vitupera, sem, no entanto, cogitar de abrir mão das posições que controla na administração pública federal. Difícil imaginar que peemedebistas, "históricos" ou "adesistas" (aqueles que nem precisaram abandonar o barco, só trocaram de camisa), se animem a pôr em jogo suas prebendas numa disputa presidencial, quando o povo ressentido cobraria a reviravolta da política econômica dias após o 15 de novembro passado. De nada adiantaria o contorcionismo retórico dos que se proclamam oposição, mas aproveitam a situação. A vingança raivosa do eleitor acabaria referendada pela mais fria lógica econômica: se o déficit público é o cerne da atual crise, é preciso derrotar quem contribui para agravá-lo. Todos sabem quem seria o grande beneficiário da derrocada peemedebista.

Por isso, a simbiose entre as aspirações da massa e os interesses de uma parcela esmagadora da elite, responsável pelo grandioso movimento pelas Diretas-Já e pela vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, tem poucas chances de ressurgir. Os militares respiram aliviados — pelo menos por enquanto. Eles não esquecem que o projeto de distensão, no desenho original de Geisel e Golbery, não previa uma transferência de poder à oposição antes de 1991. A inabilidade do general

Figueiredo no encaminhamento de sua sucessão, aliada a uma política econômica recessiva e impopular, precipitou esse desfecho. Mas o caminho de Tancredo para a vitória foi aplainado por longas e tranquilizadoras gestões junto ao Alto Comando. A época, a maior preocupação militar era com o caráter recíproco da anistia, o que acabou sendo aceito pelo grosso da sociedade e dos políticos. Hoje, os chefes militares manobram para neutralizar focos de perigo na Constituinte. O *lobby* fardado já garantiu, com facilidade, a aceitação do direito dos militares de continuar intervindo na política sempre que julgarem necessário, legitimando-o como "defesa da ordem interna". Neste exato momento, os assessores parlamentares das três forças apontam suas baterias contra a reintegração dos militares cassados e já anistiados no serviço ativo, dramatizando o golpe que isto representaria para a hierarquia e a disciplina da corporação, e contam com a aversão dos políticos a mexer em casa de marimbondo para cravar mais este tento.

A longo prazo, a cúpula militar se aflige com o futuro da indústria bélica, com a possibilidade de um sucessor mais radical de Sarney abrir um debate público sobre este baluarte de poder e influência cultivado com ciúme, sobretudo após a transferência do governo para os civis. A despeito do estardalhaço sobre o sucesso tecnológico e comercial do setor, não há estatísticas oficiais sobre o volume ou valor dos equipamentos militares que o Brasil exporta. Segredo de segurança nacional? Mas, a pesquisa, desenvolvimento e exportação dessas armas foram sempre subsidiados por generosos créditos públicos. Sem algum tipo de fiscalização, quem garante que o dinheiro do contribuinte será bem aplicado? No Congresso, ninguém quer se qualificar para o debate e o controle dos bilionários negócios do setor. Também aqui, os militares poderiam dormir tranquilos, mas sabem que é sempre melhor prevenir. Afinal, ao longo das últimas décadas, eles perderam gradativamente o controle da siderurgia, do petróleo, das telecomunicações e da informática, setores em cuja implantação as Forças Armadas tiveram um papel pioneiro.

Com tamanha convergência de interesses entre os donos do poder de ontem e de hoje, Sarney tem ótimas chances de ficar os cinco anos que deseja, a despeito de manifestações de hostilidade ao seu governo, por vezes bastante violentas.